



Mulheres na construção da cultura da paz e no enfrentamento de violências de gênero

*Women in building a culture of peace and coping with
gender-based violence*

LURDES CARON^a

MARELI ELIANE GRAUPE^b

JULIANA CRISTINA LESSMANN RECKZIEGEL^c

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre a cultura da paz difundida pela Organização das Nações Unidas e o papel das mulheres no enfrentamento de violências de gênero. Trabalhamos com pesquisa bibliográfica a partir de autores que refletem sobre o tema da cultura da paz e o enfrentamento de violências de gênero. A reflexão indica que as mulheres podem contribuir na construção da cultura da paz na medida em que começam a questionar as violências de gênero, os sistemas excludentes, machistas, sexistas e, se dispõem a tecer novas relações sociais pautadas no diálogo, na comunicação não violenta, na construção de relações justas e equitativas.

Palavras-chave: Cultura da Paz. Mulheres. Violências de Gênero.

^a Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Lages, SC, Brasil. Doutora em Educação, e-mail: lurcaron@gmail.com

^b Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Lages, SC, Brasil. Doutora em Educação, e Cultura, e-mail: mareligraupe@hotmail.com

^c Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Lages, SC, Brasil. Doutora em Enfermagem, e-mail: julianalessmann@gmail.com

Abstract

This article aims to reflect on the culture of peace spread by the United Nations Organization and the role of women in confronting gender violence. We work with bibliographical research from authors who reflect on the theme of the culture of peace and the confrontation of gender violence. The reflection indicates that women can contribute to the construction of a culture of peace insofar as they begin to question gender violence, exclude systems, male chauvinist, sexist, if they are willing to create new social relations based on dialogue, nonviolent communication, in the construction of just and equitable relations.

Keywords: *Culture of Peace. Women. Gender Violence.*

Considerações iniciais

Vivemos em um tempo histórico em que as violências de gênero contra as mulheres ainda estão naturalizadas. Este fato nos desafia ao aprofundamento de reflexão sobre a cultura de paz e o enfrentamento de violências de gênero. Falar sobre a cultura da paz parece ser algo estranho ao nosso vocabulário social. Aliás, falar, não é o suficiente. É preciso viver, desenvolver, criar e praticar corresponsavelmente a cultura da paz.

Em um mundo cheio de situações conturbadas, adversas e contraditórias, nos deparamos com constantes adversidades de ideias, com o avanço das tecnologias que têm o seu lado positivo e ao mesmo tempo, desafiador. Um mundo de novos conhecimentos e saberes, de diferentes posições sociais e diferentes identidades que nos desafiam a pensar que a cultura da paz pode ser uma possibilidade de enfrentamento de violências de gênero. E, essa violência é marcada pelo silêncio e pela invisibilidade das vítimas (SCHRAIBER et al., 2003) ou como destacam Bedone e Faúndes (2007), que as mulheres vítimas de violência são acusadas de provocação e de sedução, o que resulta em minimização da violência de que foram vítimas.

O tema desse artigo “Mulheres na construção da cultura da paz e o enfrentamento de violências de gênero”, partiu da inspiração da campanha do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) sobre a: “Década para superar a violência e a busca de capacitação de mulheres na caminhada ecumênica”, promovendo a dignidade humana e a paz, que é de suma importância. É

impossível discutir a questão da violência sem abordarmos também o tema “Cultura da Paz”, que é um assunto muito amplo:

os Governos dos Estados partes da presente Convenção, em nome dos seus povos, declaram: Que, como as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz; Que o desconhecimento recíproco dos povos tem sido sempre, através da história, causa da desconfiança entre as nações, daí resultando que as disputas internacionais tenham, na maior parte dos casos, degenerado em guerra; [...]; Que uma paz fundada exclusivamente sobre acordos políticos e econômicos, celebrados entre governos, não conseguirá assegurar a adesão unânime, duradoura e sincera de todos os povos e, por conseguinte, para que a paz subsista, deverá assentar na solidariedade intelectual e moral da humanidade (ONU, 1945, p. 109).

Lembramos que sobre paz, temos vários autores que trataram, com diferentes abordagens. A Revista Diálogo — Ensino Religioso, em 2004 dedica o número 36, refletindo sobre “Educação para a paz”, aborda vários temas no sentido de estimular as/os docentes a desenvolver este tema com seus/suas estudantes. O Conselho Mundial de Igrejas, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC, 2003) a Comissão de Serviços Ecumênicos (CESE), a própria “Década da Mulher” e outras instituições religiosas e educacionais têm estudado, escrito, e publicado sobre a mulher e a paz.

Várias Campanhas da Fraternidade, promovidas pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), têm tratado sobre a questão dos Direitos Humanos, bem como outras tradições religiosas também o fizeram. Destacamos a Campanha da Fraternidade de 2000, “Novo Milênio sem exclusões”, a de 1988 — A fraternidade e o negro “Ouvi o clamor do seu povo”, em 1990 “Mulher e homem: imagem e semelhança de Deus” e a de 1997 — “Cristo liberta de todas as prisões”. A dignidade humana realiza-se plenamente quando homens e mulheres assumem compromissos de refletir e ensaiar e de tomar decisões práticas com maneiras novas de relacionamento, baseadas no amor, na justiça, no diálogo e no respeito às diferenças.

Podemos entender a Cultura da Paz como:

[...] um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito aos

princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presentes e futuras; no respeito e promoção do direito ao desenvolvimento; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz (ONU, 1999, p. 3).

Nesse sentido, mulheres (professoras, educadoras, mães, religiosas cristãs ou das mais diferentes tradições religiosas e culturais), podem contribuir na solidificação da dignidade humana. Assim, na sequência, refletimos sobre o entendimento de Paz em contraponto com as violências de gênero e as mulheres, mulher mãe, educadora geradora e construtora da paz, etc.

Cultura da paz

A cultura da paz é resultado de construção coletiva e solidária, que se dá a partir de práticas. A paz vai além de meras palavras expressas por meio de linguagem simbólica e boa vontade. A cultura da paz exige ações consistentes e corajosas:

de anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi, sobretudo, que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenda a miopizar as suas vítimas (FREIRE, 2006, p. 388).

Diferentes segmentos da sociedade no mundo, nestes últimos anos, têm realizados inúmeras manifestações em prol da construção de uma cultura de Paz e da dignidade humana. No Brasil, vimos, ouvimos, lemos e presenciamos por meio dos meios de comunicação falada, escrita e

televisionada, os mais diferentes manifestos e ações em favor da construção da cultura da ética e da paz solidária.

De 2001 a 2010 vivenciamos a “Década Internacional para a Cultura da Paz e Não-Violência para as crianças e jovens do mundo”, que foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1998 e a divulgação ficou a cargo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1999). Muitas escolas no Brasil desenvolveram diferentes projetos em prol da cultura da paz. No entanto, ainda hoje, os movimentos em prol da construção da cultura da paz no Brasil são insuficientes. Desenvolver uma educação de respeito aos Direitos Humanos, implica em mudanças curriculares, que possibilitem a educação para a paz, sem anulação de que existem diferenças e que estas fazem parte da vida social no exercício da cidadania. No ano de 2019 a Campanha da Fraternidade aponta para a necessidade de conhecimento e adequação das políticas públicas às necessidades da população, trazendo como lema o trecho bíblico “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1,27).

Destacamos, ainda, o movimento e o trabalho das mulheres na “década e nova década da mulher”, de denominações religiosas que, juntamente com seguimentos da sociedade e parceiros, se uniram, fazendo pronunciamentos e passeatas em favor da construção da cultura da paz. Crianças, jovens, adolescentes, professores, mães, pais, artistas, se uniram em favor da luta pela instauração da cultura da paz.

Temos presente, inúmeras pessoas que se pronunciaram em favor da paz. Não vamos enumerá-las, porém, lembramos algumas delas como: o Rabino Henry I. Sobel (1997) defende que “a Tora promove a justiça e a paz” e que é preciso conhecer e assumir seus ensinamentos. Artthur Shaker Fauzi Eid (1997), fala dos ensinamentos de Buddha, para o cultivo da paz. Martin Luher King, (Pastor da Igreja Batista), foi um exemplo de perdão e promotor da Paz. João Paulo II (Papa da Igreja Católica) declarou “a jornada de oração e de jejum pela paz, confiada à intercessão de Maria Mãe de Jesus”. E assim, poderíamos ir mencionando outros destaques em favor da cultura da paz. O importante é ter presente que pela educação é possível gerar a cultura da paz.

Considerando o fato de que no Brasil as mulheres são o principal alvo das violências de gênero e, que as mulheres são maioria na educação básica¹, e ainda em muitas famílias são elas as principais responsáveis pela educação das crianças e das/os jovens, defendemos neste artigo a importância do papel das mulheres neste processo de rompimento com as violências de gênero e de luta pela construção da cultura da paz nos espaços em que elas ocupam e frequentam (lar, escola, local de trabalho, clubes, igreja, grupo de amigas, etc.).

Na construção de paz, destacamos mulheres que são esteios, são alicerces em defesa dos Direitos Humanos e no estabelecimento da paz. Lembramos: Margarita nas lutas pela terra, direitos dos indígenas e luta pela paz. O “sonho de Rose”, na defesa dos direitos a um pedaço de terra para os agricultores no Rio Grande do Sul, assassinada pela luta, em e dos direitos e da paz. Madre Tereza de Calcutá no trabalho e acolhimento aos pobres, no direito e justiça, pela paz, Shirin Ebadi², uma mulher ativista denominada “a mulher arquiteta da paz”, na defesa dos direitos humanos em seu país. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 2003 e muitos outros reconhecimentos.

Os mais diferentes encontros de mulheres em nível nacional e internacional destacam a luta pelos direitos da mulher, pela inclusão e pela paz. Como exemplo, temos o dossiê da Conferência de Pequim, cinco anos após, fazendo um balanço dos avanços e obstáculos, se constata “progressos” na condição feminina. No entanto, estes foram acompanhados por uma marginalização econômica cada vez maior e pela persistência de diferentes formas de violência contra a mulher. A ONU publicou a resolução 1325, aprovada pelo Conselho de Segurança em 2000, versando sobre mulheres e sua participação na construção da paz. Também aborda a proteção de direitos humanos, segurança e justiça. A mulher pode ser

¹ De acordo com o Censo Escolar 2018, divulgado em janeiro de 2019 pelo Ministério da Educação, cerca de 80% dos 2,2 milhões de docentes da educação básica brasileira são do gênero feminino.

² Shirin Ebadi é uma mulher iraniana, nasceu dia 21 de junho de 1947. É advogada, jurista, escritora e a undécima mulher a receber o prêmio Nobel da Paz, na defesa dos direitos humanos em seu país.

considerada a geradora da paz e da unidade. Neste sentido desencadeia-se o combate à violência e à divisão.

Na história do povo de Deus revelado no Texto Sagrado do Antigo Testamento, encontram-se relatos de mulheres que se destacaram pela defesa dos direitos humanos, pelo diálogo, pela justiça e pela preservação da vida e da paz. Encontramos Miriam, irmã e profetiza (Êxodo 15,19-21). As parteiras Séfora e Fua — defensoras da vida desobedecem ao Faraó e abrem para Moisés, o caminho para a vida (Exôdo 1,15-21). Rute, a estrangeira que sabe se apresentar de tal maneira que merece participar das bênçãos do povo eleito (Rute 1,22; 2,8; 4, 13-17c). Temos Ester, Judite 9,1-14: que em alta voz clamou ao Senhor. Temos a postura de mulher que preserva e defende a vida em: 1Rs 3, 16-28 — ter a vida como valor maior e com olhos de mulher. Do livro de provérbios, destacamos: “A mulher formosa adquire honra; os violentos adquirem riqueza” (Provérbios, 11, 16). “A mulher sábia, constrói o seu lar; a insensata o destrói com as próprias mãos” (Prov. 14, 1). “A beleza da mulher alegre o rosto e supera”. Na Bíblia dos cristãos, na parte do Novo Testamento, temos várias passagens que alimentam e servem de estímulo de coragem e apoio à luta das mulheres pela cultura da paz. No livro de Atos, percebemos a presença da mulher na igreja. Jesus resgata a dignidade da mulher, dialoga com ela. Exemplo: a Samaritana (Jô 4, 6-25) “Dá-me de beber”. Jesus e a mulher Cananéia (Mateus 15, 22-28 e /ou Marcos 7, 25-30). Maria Madalena, apóstola e mensageira da ressurreição (João 20, 17-18).

Mulheres citadas na Bíblia dos cristãos ensinam a viver em liberdade na defesa da vida. Aqui, escrevemos algumas citações do texto sagrado da tradição cristã, mas sabemos que todas as tradições culturais religiosas têm a sua forma de expressar a busca pela vida e pela paz. Estas passagens bíblicas citadas acima são compreendidas a partir da perspectiva da teologia feminista.

No Brasil a teóloga Ivone Gebara é uma referência neste campo (ROSADO-NUNES, 2006). Segundo Morais (2017), Gebara defende que é possível ser católica e feminista, apontando que:

a teologia feminista resgata a igualdade de gênero que havia nas primeiras comunidades cristãs, deixada de lado no processo de institucionalização da Igreja ainda nos primeiros séculos, o que resultou numa “patriarcalização” de conceitos e

ideias e afastou as mulheres das posições institucionais de poder. Por isso, é importante debater o feminismo dentro da Igreja Católica. A teologia feminista quer desconstruir o direito natural, patriarcal e machista que a hierarquia católica impõe, provoca (MORAIS, 2017, s/p). Também, aborda criticamente em seus textos sobre a apropriação religiosa dos corpos e da sexualidade das mulheres. Uma perspectiva que busca controlar de forma moralista, patriarcal a sexualidade das mulheres, a vida das mulheres, atribuindo-lhes o papel de reprodução da espécie, um lugar secundário. A superação do discurso biologicista que objetiva justificar a “função apropriada” das mulheres na sociedade — em posição de subalternidade — leva a uma crítica radical da organização das instituições religiosas, apontadas como androcêntricas, hierárquicas e excludentes das mulheres (ROSADO-NUNES, 2006).

Enfrentamento de violências de gênero

Segundo Velázquez (2006) são consideradas como violências de gênero, as violências que causam sofrimento físico, sexual e psicológico para as mulheres. Ainda segundo a mesma autora, todas as formas de violências praticadas contra as mulheres “compartem alguns elementos básicos que caracterizam a violência de gênero: a coerção, a intimidação, a ameaça, a coação, o abuso, a força, o controle e o poder” (VELÁZQUEZ, 2006, p. 224).

Nesse sentido, a diferenciação entre os gêneros (masculino e feminino) e a maneira como são entendidos e atribuídos papéis a eles é que configuram as regras, as normas sociais. Também nessa diferenciação ocorrem as relações de poder e as relações de violência.

É no núcleo familiar que começam as relações de desigualdade entre homens e mulheres e a estrutura do neoliberalismo, principalmente em relação às questões de trabalho e remuneração desse trabalho, onde alguns se destacam e outros naturalmente não terão acesso e lugar a uma vida digna. Dessa forma, atitudes de discriminação contra mulheres são iniciadas, e conseqüentemente, todas as outras formas de violências contra as mesmas. Também Teles e Melo reafirmam:

Violência de gênero pode ser entendida como uma relação de poder de dominação do homem, e de submissão da mulher. Ela demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim, dos processos de socialização das pessoas [...] (2003, p. 18).

Importante pensar que as relações entre os gêneros estão em todas as esferas e classes sociais e acontecem permeadas por questões vinculadas à raça, etnia, religiosidade, cultura e tudo que envolve pessoas, sendo que o processo das violências de gênero também ocorre dentro dessa pluralidade e diversidade. Sob essa ótica:

partimos do pressuposto de que a violência é inseparável da noção de gênero porque se baseia e é praticada na e pela diferença social entre mulheres e homens. [...] A desigualdade entre homens e mulheres é a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero (LISBOA, 2014, p. 39).

Nessa direção, entendemos que Lisboa (2014) refere-se aos papéis de gêneros atribuídos a homens e mulheres construídos histórica e socialmente, dentro da supremacia masculina, do poder e da dominação, e da mulher submissa e com privação de muitos direitos. Papéis que são naturalizados ao longo dos tempos, parecendo não ser passíveis de mudanças, aparentando condição de imutabilidade e sem necessidade de serem justificados.

Assim, é urgente desconstruir esse conceito de permanência nas relações e nos papéis de gênero. Homens, mulheres e crianças podem e devem interferir na construção do conceito de gênero e de papéis de gênero, apontando outras formas de viver e pensar dentro de aspectos de igualdade de direito entre as pessoas. Relativo à violência de gênero, as autoras apontam uma constante para a vida das mulheres, “é como se alguém tivesse determinado que se nem todas as mulheres foram espancadas ou estupradas ainda, poderão sê-lo qualquer dia desses. Está escrito em algum lugar, pensam” (TELES; MELO, 2003, p. 11).

A evolução e as invenções humanas que nos surpreendem a cada dia parecem não ser suficiente para aperfeiçoar maneiras de se relacionar entre as pessoas. Não raro chega ao nosso conhecimento situações de violências, das quais muitas são vividas por mulheres em razão das questões de gênero.

Sobre violências contra mulheres é importante lembrar que este é um conceito construído pelas pessoas. Ou seja, historicamente constatamos a naturalização das violências praticadas contra mulheres, por conta de uma sociedade machista e patriarcal, onde a mulher é vista como propriedade do homem e não pessoa de direitos.

Portanto, as mulheres podem atuar no enfrentamento das violências de gênero na medida em que elas começarem a questionar os discursos machistas, excludentes e, para que isso ocorra, é importante identificar as relações violentas nos relacionamentos, nos espaços que ocupam, como por exemplo, no local de trabalho, e nas relações familiares. Elas podem contribuir na construção de outras relações sociais, ou seja, de relações não violentas com suas/seus filhas/os, com suas/seus estudantes, colegas de trabalho, e companheiras/os.

O ser humano constitui-se em um ser em constante relação. Na busca de sobreviver e dar sentido à sua vida, ao longo da história, desenvolve e busca as mais variadas formas de relacionamento com a natureza, com a sociedade, com o Transcendente e consigo mesmo. Busca encontrar respostas às suas perguntas existenciais: Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou?

Cada cultura tem na sua estruturação o seu substrato religioso que a caracteriza e a unifica, na vida coletiva, diante dos desafios e conflitos. A Transcendência é sua companheira em todas as etapas de aventura e de projetos. Em cada indivíduo, em cada povo, em cada cultura, em cada espaço social, existe algo que é relevante para os demais, por mais diferentes que sejam entre si. Enquanto cada grupo social, cada homem e mulher pretende ser exclusiva, única, a paz mundial permanecerá um sonho inatingível.

A construção da paz social não é monopólio da fé religiosa, desta ou daquela denominação e/ou tradição religiosa ou das políticas de um ou outro governo. A reverência às diferentes crenças, tradições religiosas, possivelmente desencadeará em respeito mútuo que conduzirá à cultura da paz.

O ser mulher no cotidiano, no cultivo da reverência, da alteridade para com todas as pessoas, constrói a partir do mundo que a cerca a paz na sociedade. Lembramos como exemplo: Rigoberta Menchú Tum (líder guatemalteca na defesa dos direitos humanos) e Madre Tereza de Calcutá (no acolhimento e atendimento aos pobres). Pelo seu ser mulher perceptível, de ver e chegar onde outros não conseguem, a mulher contribuirá para que a

sociedade vá se conscientizando de que a construção da paz, da cultura da solidariedade, é urgente, é necessária e possível.

A construção da cultura de paz, justiça e solidariedade é um fato urgente que pede a contribuição de todas as pessoas que fazem parte da nossa sociedade. Faz-se necessário desconstruir paradigmas violentos presentes na sociedade, que tolera atos hostis, como o convívio lícito ou ilícito com armas de fogo, que se tornam instrumentos de manutenção de atitudes de opressão, violências e crimes. Sem o equilíbrio e o estabelecimento da paz, segurança nas famílias, sociedade e comunidades religiosas, longe ficará a construção da paz no mundo (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO, 1997).

É possível articular cultura da paz e contribuição das mulheres no enfrentamento de violências de gênero?

O Papa Francisco na mensagem para o 49º Dia Mundial da Paz, em 01 de janeiro de 2016, falando sobre a paz e o emprego, refere-se aos jovens e as mulheres “refletindo de que a falta de trabalho afeta, fortemente, o sentido de dignidade e de esperança, e só parcialmente é que podem ser compensados pelos subsídios, necessários, para os desempregados e suas famílias”. Destaca, que “especial atenção deveria ser dedicada às mulheres — que ainda são discriminadas”. No campo profissional, “algumas categorias de trabalhadores, que já vivem em condições precárias ou perigosas, os salários não são adequados à importância da sua missão social”. A ausência de emprego e da dignidade humana gera a violência, impedindo que a cultura da paz se estabeleça.

A paz é fruto de políticas públicas para saúde, alimentação, moradia, educação, cultura e justiça social. Paz é o resultado das relações marcadas pela justiça, pela solidariedade, pela qualidade de vida e pelo amor. A paz é um agir, um construir, intencional e com objetivos que são resultados das escolhas conscientes e amadurecidas. Ela é resultado do trabalho, do compromisso, da justiça social.

A violência é muito mais uma forma instintiva e primária de ação do ser humano, que não é capaz de assumir o desafio de ser criativo e criador, é resultado de uma incompetência cognitiva, emocional ou espiritual. A paz é uma construção de valores coletivos (família, escola, igreja(s), grupo social, nação, estado, município, etc). O grande educador Paulo Freire referindo-se à violência e a paz, diz que,

a questão da violência não é só física, direta, mas sub-reptícia, simbólica, violência e fome, violência e interesses econômicos das grandes potências, violência e religião, violência e política, violência e racismo, violência e sexismo, violência e classes sociais. A luta pela paz, que não significa a luta pela abolição, sequer negação dos conflitos, mas pela confrontação justa, crítica dos mesmos e a procura de soluções corretas para eles é uma exigência imperiosa de nossa época. A paz, porém, não precede a justiça, por isso, a melhor maneira de falar pela paz é fazer justiça (2000, p. 131).

Para que a paz reine no mundo, é preciso o diálogo e a cooperação mútua de tradições religiosas cristãs e não cristãs, de filosofias de vida. Neste sentido, o diálogo é um sinal luminoso para o mundo que não crê e para todos os que acham que a competição e a violência terão sempre a última palavra.

A sociedade na qual estamos vivendo é vitimada de muita violência que é, de certa forma, uma prática comum e até legitimada como algo inevitável no mundo moderno. Nunca ouvimos falar tanto em “Justiça social” como nestes últimos tempos, tendo como primeira concepção para a resolução de problemas a questão da punição, sendo esta considerada o meio mais eficaz, em uma visão utilitarista, para a obtenção da Paz (BORIN, 2003).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), as pessoas já nascem livres e iguais, com dignidade e direitos, simplesmente porque são humanas. O direito à dignidade humana não depende de situação social, de integridade física, de raça, cor da pele, sexo, religião, esforço moral, etc. A exclusão do ser humano é a porta pela qual a paz escapa e pela qual a violência entra na vida de todos (CNBB, 2000).

Nesta perspectiva a ONU Mulheres (2019) objetiva atender às demandas de defesa, promoção dos direitos humanos e empoderamento de

todas as mulheres, defende a promoção de uma cultura de paz para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As mulheres podem contribuir no enfrentamento de violências de gênero a partir do momento em que começarem a tomar consciência do contexto que vivenciam, buscando alternativas para a mudança de realidade, dentre elas o apoio social, dos serviços de saúde, assistenciais e protetivos, constituindo em fatores protetivos para o desenvolvimento da resiliência necessária para o enfrentamento das adversidades e construção de outras relações possíveis, relações não violentas (RECKZIEGEL et al, 2018).

As mulheres podem colaborar na construção da cultura da paz, nos seus diversos contextos, assumindo o compromisso fundamental com o desenvolvimento das qualidades do ser humano. Estas qualidades que se encontram na base de qualquer projeto civilizatório, entre outras, são: o amor, a beleza, a simplicidade, a justiça, o respeito e a solidariedade, que no seu conjunto formam a dignidade humana e promovem a paz.

As mulheres no campo da Educação podem trabalhar com estudantes de um modo de pensar e de agir que oportunize reflexões, com a tentativa de buscar estratégias para eliminar as violências de gênero. É importante, refletir com estudantes sobre quais são as maneiras possíveis de “combater” todas as formas de violências e assumir a prática da justiça social. A paz acontecerá em sua plenitude quando o ser humano, de maneira individual e coletiva, estiver disposto a promover a justiça no meio em que vive.

Responsabilizar o Estado, o Governo, os Meios de Comunicação Social e demais entidades, para a grave situação de violência que vivemos torna-se até muito cômodo. Porém, faz-se necessário assumir a parcela de responsabilidade que cabe a cada um, dando novo significado às práticas cotidianas. O momento histórico é ímpar, devido a todos os acontecimentos violentos que estamos presenciando neste novo milênio, tornando-se premente insistir na educação de crianças e jovens, para o compromisso com a Vida, com a construção da cultura da paz e proporcionar reflexões a respeito da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. É também, agora, um momento de dar ênfase no dia a dia aos valores como a solidariedade, a cordialidade, a fraternidade, o diálogo (no lar, na escola, no trabalho, no esporte, entre outros).

Neste sentido, Guimarães aponta que “não basta à existência de regras para que haja uma sociedade justa. É necessário que elas levem em conta os direitos fundamentais de todos os seres humanos” (2004, p. 89). O autor ainda ressalta que “assim como os direitos se dirigem a todos, o compromisso com a sua concretização caracteriza tarefa de todos, mediada pela ordem pública” (GUIMARÃES, 2004, p. 90).

As mulheres educadoras estão envolvidas com a mobilização comunitária; com a gestão da cidadania; na defesa do meio ambiente, na defesa da saúde e da vida. As mulheres podem contribuir no ensinamento de valores, para cultivar a reverência (respeito), o amor, a ética, a amizade, o cuidado, a solidariedade, a justiça e o tratamento de igualdade na diversidade, construindo a paz. Segundo Boaventura de Sousa Santos:

temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (2006, p. 316).

É preciso com urgência criar uma nova mentalidade, a da indignação frente às práticas violentas e a omissão, despertando um compromisso na reconstrução de uma civilização que tenha como princípio a justiça social e a paz. Para isto, o primeiro pressuposto para a obtenção da paz é possuí-la. Pessoas pacíficas irradiam a paz, levam a paz, têm a paz:

quem quiser ser instrumento da paz de Deus deve ele mesmo ser uma pessoa pacificada, imbuída de cuidado essencial e cheia do espírito de bem-aventuranças, que é o que traz a paz. Deve irradiar paz de dentro para fora a partir de sua identidade mais profunda (BOFF, 1999, p. 60-61).

A Paz interior implica em uma relação harmônica entre o próprio ser humano e os demais seres que o rodeiam (BORIN, 2003). A oração de Francisco de Assis: “Senhor fazei de mim um instrumento de vossa paz. Onde houver ódio que eu leve o amor [...]”. Embora antiga, mantém-se sempre nova e cheia de vida, e reconhecida pela humanidade. A pessoa não precisa necessariamente praticar uma religião para viver e colaborar com a cultura da paz.

Considerações finais

A reflexão indica que as mulheres podem contribuir na construção da cultura da paz na medida em que começam a questionar as violências de gênero, os sistemas excludentes, machistas e sexistas. Também, podem colaborar na construção de novas relações sociais pautadas no diálogo, na comunicação não violenta, na construção de relações justas, saudáveis e equitativas.

As mulheres são defensoras da justiça, reconciliadoras, mulheres do perdão. Há muitas mulheres: a mulher, a mãe e filha, a irmã, a educadora, mulher no e do mundo. A poetisa Cora Coralina, na “Poesia Cora Coralina, Quem é Você? Em Meu Livro de Cordel”, escreve: “Sou mulher como outra qualquer. Venho do século passado e trago comigo todas as idades. [...]. Pertencço a uma geração ponte, entre libertação dos escravos e o trabalhador livre” (1998, p. 73-76).

A sociedade e a(s) igreja(s) têm uma história de predomínio do masculino sobre o feminino. A mulher forte, criadora, competente, segura, inteligente, evangelizadora, compreensiva, dialogante continua desabrochando e aprendendo a enfrentar as adversidades de seus cotidianos. Está aí a mulher do perdão, da bondade, da alegria e do amor. Com competência comprovada, para além das lidas domésticas, estão penetrando e consolidando seu espaço no mundo da ciência, da sociologia, da teologia, da antropologia, da economia, da política, das artes.

As mulheres conscientes de seu papel e compromisso na construção de diálogos são capazes de contribuir na construção da cultura da paz. Mulheres indígenas, brancas, negras, operárias, agricultoras, trabalhadoras, educadoras, empresárias, mães, avós, tias, hétero, lésbicas ou bissexuais, apresentam-se como protagonistas na concretização da equidade de gênero e da cultura da paz.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina - FAPESC (Termo de Outorga 2019TR70) pelo apoio.

Referências

BEDONE, A. J.; FAUNDES, A. Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 465-469, fev. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200024>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1985.

BORIN, L. C. *Educação para a paz: uma proposta pedagógica para a não violência*. Santa Maria, RS, 2003 Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/tolerancia/texto_educacao_borin.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BOFF, L. *A oração de São Francisco*. Uma mensagem de paz para o mundo atual. Sextante: Rio de Janeiro, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. CNBB. *Campanha da Fraternidade 2000 – Ecumênica*. São Paulo: Salesianos, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. CNBB. *Campanha da Fraternidade 2019 – Ecumênica*. São Paulo: Salesianos, 2019.

CORA CORALINA. *Poesia: Cora Coralina, Quem é Você? Meu Livro de Cordel*. 8. ed. São Paulo : Global, 1998. p.73-76.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. CONIC. Disponível em: <www.conic.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2020.

EID, A. F. A violência e a paz: os ensinamentos de Buda. *Diálogo, Revista de Ensino Religioso*, v. 2, n. 6, p. 18-27, mai. 1997.

FREIRE, A. M. Educação para a paz segundo Paulo Freire. *Revista Educação*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,, n. 2, p. 387-393, mai./ago. 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Unesp, 2000.

GUIMARÃES, M. R. *Um novo mundo é possível*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. Censo Escolar. 2018. Disponível em: <portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MORAIS, M. de. Uma freira feminista. In: *Revista Trip*. 11 de maio de 2017. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/ivone-gebara-teologa-catolica-e-freira-feminista>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GUIMARÃES, M. R. *Um novo mundo é possível: dez boas razões para educar para a paz, praticar a tolerância, promover o diálogo inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

LISBOA, T. K. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. *Temporalis*, [S.l.], v. 1, n. 27, p. 33-56, ago. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. *Resolución 1325 de 2000*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su sesión 4213^a, celebrada el 31 de octubre de 2000 [Internet]. Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000)&Lang=S>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. *Declaração e programa de ação sobre uma cultura de paz*. Nova York: ONU, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. *Carta das Nações Unidas*. São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ONU MULHERES. *Paz e segurança*. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

PAPA FRANCISCO. Mensagem do Papa Francisco para o 49º dia mundial da paz – 1º de janeiro de 2016. *Boletim da Santa Sé*. Terça-feira, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20151208_messaggio-xlix-giornata-mondiale-pace-2016.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO. São Paulo: Ave Maria, 1997.

RECKZIEGEL, J. C. L. et al. Influência de fatores de proteção e de risco na resiliência e na adesão ao tratamento do diabetes mellitus em mulheres. *Ries*, Caçador, v.7, n. 1, p. 25-39, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33362/ries.v7i1.1602>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 294-304, Abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 abr. 2020.

SANTOS, B. S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, B. S. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.

SCHRAIBER, L. et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. *Interface*. Botucatu, v. 7, n. 12, p. 41-54, fev. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832003000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2020.

SOBEL, H. A tora promove a justiça e a paz. *Diálogo, Revista de Ensino Religioso*, n. 6, ano II, p. 5-9, maio 1997.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

VELÁZQUEZ, S. *Violências cotidianas, violência de gênero: escutar, compreender, ajudar*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

RECEBIDO: 20/05/2019
APROVADO: 24/04/2020

RECEIVED: 05/20/2019
APPROVED: 04/20/2020